



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 90 - 1ª QUINZENA DE JULHO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**A livre negociação do
governo é uma farsa**

**Não aceitemos
nenhuma perda salarial**

**Exijamos a reposição integral
da inflação e a escala
móvel de salários**

**Abaixo o Plano Real e a
Reforma Constitucional
de Fome!**

**Unificar as lutas para
barrar a ofensiva capitalista**

Real faz aniversário em crise

A mudança na política cambial do governo, desvalorizando a moeda em relação ao dólar, é mais um passo na crise do plano de estabilização. O governo procura responder ao acúmulo de saldos negativos na balança comercial. No mês de maio, foram mais de 800 milhões de dólares a mais de importações que de exportações. Com a seqüência

de saldos negativos, vai-se criando uma tendência de fuga de capital do país para o exterior, por receio da impossibilidade do país continuar sustentando o parasitismo financeiro. O governo foi obrigado a buscar dinheiro no exterior para cobrir o buraco. Lançou títulos na Alemanha e vendeu, num único dia, 1 bilhão de marcos, equivalentes a mais de 700 milhões de dólares. Esse dinheiro foi incorporado às reservas cambiais, e será utilizado para limitar a dívida interna, através da compra de títulos.

Com a manobra, o governo conseguiu adiar por mais um mês as dificuldades da política cambial. Isso foi feito às custas do aumento do endividamento externo. Com a desvalorização do real, o governo quer dar melhores condições aos exportadores para competir no mercado externo, baixando os preços dos produtos brasileiros em dólar, e pagar mais reais aos empresários pelos produtos exportados. O aumento do dólar cria, porém, mais um elemento de pressão sobre a inflação.

Aumentos de tarifas públicas levará a reajustes de preços

O governo autorizou o aumento das passagens dos transportes. Ônibus, metrô, trens subiram de 30 a 40% nas capitais e em outras cidades do país. O gás teve um aumento que bonificou os empresários que boicotaram o fornecimento à população por vários dias, até o aumento. Dessa forma, foi quebrado pelo próprio governo o congelamento dos preços públicos.

Os preços de aluguéis, serviços, mensalidades escolares, planos de saúde e outros têm subido bem acima da inflação oficial. A ilusão da inflação baixa só se mantém nos produtos alimentícios. Mas os aumentos de preços públicos e, em especial, de combustíveis, dão mais força aos empresários que reivindicavam aumentos de preços.

Fim do IPCr esmagará salários

O governo antecipou o fim do IPCr. Pretende acabar com a indexação na economia. A medida recairá principalmente sobre os salários. De julho em diante, a inflação

tende a crescer. Sem um índice oficial, os salários ficarão desprotegidos da corrosão inflacionária. Mais ainda, o FGTS, as aposentadorias etc. também estarão à mercê da inflação. O ministro José Serra afirma que a inflação ficará abaixo de 10% anuais. Mas ele não diz que simplesmente serão ignorados os aumentos de preços que vão acontecer a partir de 1º de julho. O que o governo está chamando de livre negociação é na verdade a livre exploração do trabalho. Não é à toa que o governo deixou de fora da desindexação os reajustes de impostos, que vão continuar sendo corrigidos juntamente com a UFIR. O governo sabe que a inflação vai subir, e precisa garantir a possibilidade de continuar arrecadando cada vez mais impostos para bancar a especulação parasitária do capital financeiro interno e externo.

Arrocho se combina com recessão

A corrosão dos salários já está refletindo na economia. A recessão já chegou. Muitas empresas estão dando férias coletivas e demitindo, porque seus estoques estão cheios. As medidas de contenção do consumo, juros altos e salários baixos tomaram o consumo. Voltam a se formar as filas de desempregados. E nada diz que pode haver uma retomada de crescimento econômico.

A aprovação das emendas econômicas e as privatizações tendem a agravar esse quadro. Com a possibilidade das empresas externas atuarem em iguais condições que as nacionais e com a entrada em setores antes fechados de empresas multinacionais, a tendência é de aumento das quebras e fechamentos de fábricas.

A redução da produção num país que necessita justamente o oposto, isto é, crescer, mostra como a opressão do imperialismo impõe o atraso e o aprofunda, em benefício das multinacionais e do capital financeiro internacional.

O movimento operário precisa responder com a luta nacional de massa

A greve dos petroleiros mostrou que a burguesia sabe que o ascenso operário pode deter a aplicação do plano antinacional e antipopular. Por isso o governo reprimiu duramente o movimento e continua a fazê-lo, através do bloqueio de bens dos sindicatos. A aplicação do plano ditado pelo imperialismo só pode ser detida com a luta nacional de massa, encabeçada pelo movimento operário (fabril). A unificação das greves pelas reivindicações imediatas leva objetivamente ao confronto com o plano neoliberal e as reformas de fome. A burguesia está dividida em relação aos próximos passos da reforma, o ajuste fiscal e a reforma da Previdência. O movimento operário tem todas as condições para avançar. O único obstáculo são as direções reformistas (CUT) ou direitistas (Força Sindical), que têm bloqueado a luta unificada e generalizada. Coloca-se a defesa da campanha nacional de lutas, que aponte para a luta antiimperialista e anticapitalista.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



Por onde passa a crise da agricultura?

A bancada ruralista (132 parlamentares) exigia do governo uma ampla anistia da dívida do setor agrário, concentrada fundamentalmente nos maiores latifundiários. Finalmente, obteve um acordo que desfalcará o cofre da União em 2,8 bilhões de reais. É parte do acordo a adoção de taxas de juros do financiamento agrícola em 16% ao ano, o que significa subsidiar a burguesia agroexportadora. O que mostra a profunda dependência da oligarquia agrária em relação ao Estado.

Ao mesmo tempo, é notória a acumulação monopolista da propriedade da terra e de riquezas nas mãos de um número cada vez menor de latifundiários. Do outro lado da ponta, os minifundiários não têm sequer o que comer e não recebem nenhuma proteção do governo. Ao contrário, são expulsos de suas terras ou sobrevivem à míngua, em parte como semiproletários.

Mesmo com todas essas vantagens os capitalistas da agricultura reclamam dos baixos preços dos produtos agrícolas. Isso quando o salário da maioria mal dá para comprar uma cesta básica. Os novos confrontos com o governo em torno da importação de mercadorias agrícolas e redução da renda da agricultura, embora a produção tenha crescido em 5 milhões de toneladas de grãos, devido as taxas de juros e a alta dos preços dos implementos resultam da diretriz neoliberal.

A alta lucratividade do Plano Real tem permanecido sob a guarda do capital financeiro. Isso mostra que com a inflação alta ou baixa os banqueiros continuam a determinar o curso dos acontecimentos. Tem havido assim a transferência de parte dos lucros do setor agrário para o capital financeiro e também para os monopólios industriais.

Os componentes do Plano Real se concentram na viabilização do pagamento das dívidas interna e externa e na abertura do mercado com a conseqüente desnacionalização de parte das forças produtivas. Eis porque o setor agrário está obrigado a pagar uma parcela da monumental

desagregação do país e, inclusive, retardar seu desenvolvimento.

Chama atenção o fato dessa fração burguesa se submeter piamente à ofensiva pró-imperialista do Plano de desestatização e abertura das fronteiras nacionais. A grita dos latifundiários se circunscreve aos mesquinhos interesses de um punhado de magnatas rurais. Fazem o maior carnaval em torno da agricultura ter atingido 80 milhões de toneladas de grãos, quando trata-se de uma cifra irrisória considerando o potencial produtivo do país.

Por mais que o governo facilite as coisas para os grupos mais poderosos, a crise interburguesa tenderá se agravar, sem que se possa achar uma solução que impulse as forças produtivas gerais. O contrário disso ocorrerá. Enquanto as massas passam fome, se esbanja rios de dinheiros com os latifundiários, usineiros e agroexportadores, sem que se dê um salto na produção e na extinção da carestia.

O problema agrário não poderá ser solucionado por nenhum governo burguês. Somente se o proletariado a toma em suas mãos, juntamente com a classe camponesa, poderá dar a solução histórica e econômica necessária. É condição para isso expropriar os latifúndios, nacionalizar as terras, entregá-las aos camponeses pobres, e avançá-la sobre todos os meios de produção essenciais, que se concentram na indústria. É parte da tarefa de solução do problema agrário o rompimento do país com o imperialismo, que só pode ocorrer nas condições da revolução proletária.

NACIONAL



Indenizações de assentamentos enriquecem latifundiários

A política agrária de assentamentos de sem-terras é uma mina de ouro para os fazendeiros. Via de regra o governo desapropria terras pouco férteis e acaba com as indenizações favorecendo os ricos donos. O mais ilustrativo é o caso da superindenizações exigidas pelas fazendas Reunida (SP), no valor de 395 milhões de reais, da Oculh (PR), 280 milhões de reais, da Araguaia (TO), 150 milhões de reais. Segundo as estimativas essas indenizações "superam o valor de todo o patrimônio da Caixa Econômica Federal em 1993, que era de 554 milhões de reais" (Folha de São Paulo). Iguais a estas existem outras superindenizações.

Esse tipo de assentamento não pode ser contestado por nenhum latifundiário. Ao invés de ser solução para os camponeses pobres é uma escandalosa negociata em favor dos fazendeiros. Contra isso, a tarefa revolucionária é de expropriar sem indenização os latifúndios e colocar as terras nas mãos dos camponeses. É preciso, para execução de tal tarefa, que operários e camponeses se unam numa sólida aliança para derrotar a burguesia de conjunto e conquistar o poder do Estado através da revolução.

O que é preciso fazer para matar a fome

Um caminhão transportando 13,7 toneladas de carne, em Itaquiraí (MS) foi expropriado por 500 camponeses sem-terra. A burguesia chama essa expropriação impropriamente de saque. O verdadeiro saque é feito pelos capitalistas que exploram até a última gota de suor dos trabalhadores e que expulsam os camponeses pobres de suas terras. Ocorre que 700 famílias esperam do governo a entrega de 6600 hectares da fazenda Sul bonito. Há mais de um ano que essa multidão passa todo tipo de privação à espera da terra.

Os camponeses chegaram à conclusão que não devem mais continuar passando fome quando existem abundância próxima às suas mãos. Os comerciantes já estão se preparando para revidar às expropriações. Os sem-terras não têm outra saída senão formar piquetes armados em defesa de si próprios e de suas famílias. Nem mais um minuto de fome para a verdadeira classe produtiva do país.

Ceará – Educação em Luta

Nos dias 2, 3 e 4 de junho, ocorreu o I Congresso de Educação do Ceará, convocado pelo SINDIUTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará) e por alguns Grêmios. A proposta era reunir professores, funcionários, diretores, supervisores, estudantes e pais, para organizar uma alternativa à ofensiva neoliberal do governo Tasso (PSDB/PDT) de "municipalização".

Houve, no entanto, duas limitações. A primeira foi a não convocatória de representantes do ensino superior (CAs, DCEs, Associações de Professores e Funcionários) e da rede privada. A segunda, a ausência de uma direção revolucionária, ficando o Congresso sob a hegemonia do PRO (Partido da Revolução Operária), com sua política reformista de ação parlamentar.

No entanto, estava presente o pólo mais combativo do movimento estudantil secundarista e dos trabalhadores em educação, que pela sua radicalidade instintiva o torna receptivo à política revolucionária.

Projeto Neoliberal e Reformismo Petista

Baseado no Plano Decenal, imposto pelo Banco Mundial (imperialismo), o governo Tasso enviou o projeto de educação, que: 1) reduz os objetivos do ensino ao "mínimo de

conhecimentos úteis" (artigo 8º, III); 2) transfere a responsabilidade pelo ensino de primeiro e segundo graus para as prefeituras e empresas privadas ("parceria", "apadrinhamento de escolas"), mantendo a centralização das decisões (artigo 7º, parágrafo único; artigo 12º, III); 3) teleensino como estratégia para a universalização do ensino básico (artigo 8º, III); 4) abre espaço para a cobrança de taxas (artigo 10º, IV); 5) deixa a cargo dos municípios o estabelecimento dos salários de acordo com suas possibilidades (artigo 4º, IV e artigo 9º, V), quando 95% dos municípios do Ceará pagam menos que o salário mínimo aos professores.

Frente a este projeto neoliberal, os deputados estaduais do PT (Mário Mamede, Arthur Bruno e João Alfredo) decidiram melhorá-lo, isto é, concordaram objetivamente com a destruição da rede pública. Tal atitude é típica do PT, que está procurando "melhorar" as emendas neoliberais do governo FHC no Congresso Nacional.

Os deputados petistas, nem mesmo subscreveram o "Projeto Alternativo" do SINDIUTE, reformista

Preferiram fazer dezessete das dezenove emendas, aprovando apenas seis. E isso, com o apoio ou omissão das supostas "esquerdas do PT": MTM (Movimento por uma Tendência Marxista) e "O Trabalho".

PRO: Semeador de Ilusões

O PRO (Partido da Revolução Operária), apostou tudo no "Projeto Alternativo", respaldado na Constituição burguesa com algumas medidas democratizantes (eleições diretas para diretores, gestão colegiada, autonomia pedagógica). Assim, semeou-se ilusões na possibilidade de se combater o neoliberalismo na educação com métodos parlamentares: projeto de lei e pressão parlamentar.

Diante da negativa do PT apoiar o "Projeto Alternativo" do SINDIUTE, o PRO radicalizou a pressão parlamentar no dia da votação, 6 de junho.

Após a aprovação do projeto do governo, o PRO não denunciou o PT nem fez campanha de desmascaramento da Assembléia Legislativa, como instrumento da ditadura da burguesia contra as massas. Isso porque o PRO não luta pela revolução e ditaduras proletárias, mas pela democratização do Estado burguês pela "Democracia Direta", com um "novo partido" que defenda a "Revolução Humana".

Corrente "O Trabalho", Campeã do Oportunismo

A corrente pseudo-trotskista "O Trabalho" (lambertista) saiu do Congresso alegando manobras antidemocráticas do PRO e a ilegitimidade do mesmo. O que significou o abandono da luta pela disputa da vanguarda do movimento.

Porém, os reais motivos destes defensores da "democracia e da legitimidade" foram outros. Foi sua capitulação à política reformista do PT e do deputado social-democrata Arthur Bruno para o qual dirige o gabinete, de "melhorar" o projeto neoliberal do governo Tasso.

Atualmente, diante do governo pró-imperialista de FHC e da reforma constitucional, "O Trabalho" defende "a convocação de uma Constituinte Soberana e da constituição de um Governo responsável diante dela", para "devolver a soberania ao povo". Para estes pseudos-trotskistas, nem pensar em "Frente Revolucionária Antiimperialista, "Revolução Proletária" ou "Ação Direta".

Construir a Corrente Proletária na Educação

Somente uma direção que aponte para deter a ofensiva neoliberal através da Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA) pode estar a altura das necessidades dos trabalhadores em educação e estudantes.

Portanto, é necessário um trabalho ofensivo de propaganda, aliado à participação efetiva nas mobilizações e construção de núcleos da Corrente Proletária da Educação e da FRA.



Ceará – Eleições na Universidade Federal.

Nos dias 7 e 8 de junho ocorreram as eleições para o DCE da Universidade Federal do Ceará. Concorreram duas chapas "Indignação" (PCdoB) e "Necessidade e Vontade" (PT). Ambas materializaram a política de conciliação de classes, que vêm limitando a ação direta do movimento estudantil.

Espontaneamente, os estudantes disseram não aos responsáveis pela crise política do movimento estudantil. Devido ao alto índice de absten-

ção, não houve quórum. Numa manobra antidemocrática, PCdoB e PT, num Conselho de Entidades, marcaram novas eleições para final de agosto, sem inscrições de novas chapas.

Contra essa manobra da camarilha reformista, o POR tirou a seguinte linha: 1) abstenção do processo eleitoral, pela realização de um Congresso que eleja, proporcionalmente uma "Comissão Gestora" para o DCE, sob

um programa antiimperialista e anticapitalista; 2) desenvolver uma oposição revolucionária à direita e aos reformistas (PT e PCdoB); 3) estruturar a "Corrente Proletária na Educação", através do trabalho de juventude; 4) divulgar e organizar núcleos da Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA).

EUA – O Império em decadência

Jornalistas, economistas, juristas e outros ideólogos da burguesia não cansam de tecer elogios à sociedade norte-americana. "Democracia", "ética" e "justiça social" parecem ter atingido o máximo de perfeição nos EUA. Pelo menos para os Delfim Neto, Roberto Campos, FHC e muitos reformistas, como Aloízio Mercadante e Genoíno Neto (PT), que defendem a "economia social de mercado".

No entanto, o paraíso para os ideólogos burgueses e renegados reformistas, revela-se um verdadeiro inferno para os trabalhadores norte-americanos.

Paraíso dos Capitalistas e Inferno das Massas

Segundo dados, o paraíso da economia de mercado, há 37 milhões de crianças que vivem na pobreza, e mais de 40 milhões de pessoas não têm acesso à assistência médica. Os "homeless" (sem-teto) são cada vez mais comuns nas grandes cidades. Só em Chicago, há um déficit de mais de 200 mil casas adequadas.

Nos EUA não existe Fundo de Garantia, e muito menos, qualquer segurança no emprego. Frente a queda das taxas de lucros e ao acirramento da concorrência com os imperialismos japonês e alemão, a exploração da força de trabalho vem aumentando. O número de horas extras por trabalhador atualmente é o maior da história dos Estados Unidos.

A trabalhadora grávida quase não tem nenhum direito à época do parto. Segundo uma nova lei, apoiada pelo presidente Bill Clinton, a trabalhadora grávida terá direito a seis semanas de descanso maternal, mas sem o gozo do salário.

Os trabalhadores temporários ("flexíveis") são convocados para trabalhar por um dia, 10 dias, dois meses, e não chegam a entrar no quadro de funcionários. Quanto às férias, geralmente são uma semana após o primeiro ano de trabalho e duas após o segundo ano, mas não é garantido por lei.

A grande maioria dos empregos nos EUA, nos últimos 25 anos, são remunerados com um salário mínimo ou um pouco a mais que isto, ou seja, US\$ 4,25 por hora ou US\$ 700,00. O que é uma miséria, uma vez que um quarto custa US\$ 300,00, uma refeição ordinária entre 3 e 5 dólares e o ônibus US\$ 1,50.

Estes fatos demonstram o profundo retrocesso das forças produtivas sob o domínio das relações de produção capitalistas, num dos centros do capitalismo mundial.

O pior é que esse modelo de exploração é divulgado como a última palavra em matéria de "modernidade", e vem sendo apoiados pelos burocratas da Força Sindical e pelos reformistas do PT e do PPS.

Flexibilização dos direitos trabalhistas, privatizações, fim das aposentadorias por tempo de serviço, maior abertura para o capital imperialista e quebra dos monopólios estatais, este é o receituário da burguesia brasileira para obedecer a seus amos imperialistas e aumentarem seus lucros.

Diante disso, é dever de todo revolucionário e trabalhador consciente, combater o Plano Real e o governo pró imperialista de FHC, de maneira consciente e organizada, isto é, através da construção do Partido Operário Revolucionário. A melhor solidariedade internacionalista aos trabalhadores americanos é a construção da revolução e da ditadura proletária no Brasil.

Nacional



Denúncia

Crise do Reformismo exposta nas convenções:

Disputa pela direção do PT em São Paulo

O candidato da Articulação, Jilmar Tatto, venceu a candidata da frente de esquerda ("Na Luta, PT"), Sônia Hipólito, e o candidato Cândido Vaccarezza, ex-presidente do diretório municipal de São Paulo, pertencente a corrente "Hora da Verdade", de Rui Falcão. A ala direitista e abertamente pró-imperialista, denominada "Democracia Radical", dirigida por José Genoíno, apoiou Tatto.

Nas eleições passadas as correntes esquerdistas (O Trabalho, Democracia Socialista e Força Socialista) se uniram em torno de Vaccarezza, afirmando que se tratava de um avanço da esquerda contra a direita, representada pela Articulação e Democracia Radical. Em pouco tempo, Vaccarezza e Rui Falcão mostraram que não têm muita diferença da Articulação. Basta se ver que essa ala também condenou a greve dos petroleiros. Nas principais votações, se aliou à Articulação. Agora, a posição majoritária voltou para a Articulação, com eleição de Tatto, sendo que tudo indica uma maior fusão entre a ala Hora da Verdade e Articulação.

Essa disputa se dá num quadro de adaptação total do PT ao neoliberalismo. A esquerda, concentrada em torno de Sônia Hipólito, está profundamente submissa e corrompida por essa adaptação. Tem sido incapaz de sequer denunciar as posições pró-imperialistas do partido, que tem votado a favor de alguns aspectos do Plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. E que na greve dos petroleiros jogou um papel a favor da campanha do governo. Os esquerdistas continuam subservientes ao caudilhismo de Lula, embora este tenha a todo momento demonstrado posições anti-operárias e pró-capitalistas. A própria candidata Sônia declarou à imprensa que Lula "é a nossa maior liderança", por isso evita qualquer crítica a esse vendido.

A base militante do PT que ainda guarda traços do classismo revolucionário tem o dever de rechaçar esse partido aburguesado e se colocar pela construção do Partido Operário Revolucionário. Já é hora dos militantes das correntes como O Trabalho e Democracia Socialista verem a capitulação de suas direções diante da ofensiva neoliberal, sustentada pelos reformistas e reacionários do PT.

PT está corrompido

Além da corrupção política, que significa se submeter ao Parlamento burguês, dominado pelas oligarquias, e ao Plano neoliberal de FHC, o PT está corrompido materialmente. As denúncias da utilização de recursos do Estado para fins pessoais, como a gran-

diosa festa de batismo dos dois filhos do deputado Chico Vigilante, do PT-DF, é a prova mais recente dessa nossa conclusão.

Em São José dos Campos arrasta-se a novela de favorecimento da prefeita Ângela Guadagnin à Contexto Propaganda Ltda. Segundo as denúncias do PSB, que está no cargo de vice-prefeito, o alto valor do contrato com a Contexto indica corrupção.

Nas últimas eleições, estourou o escândalo do apoio das empreiteiras Odebrecht e OAS à candidatura Lula e José Dirceu. Internamente, as correntes se degladiam em denúncia de como se utilizou as fabulosas somas.

Na verdade, a corrupção econômica não é de hoje. A cúpula petista tem vínculos com a social-democracia internacional, que patrocina altas somas. Sabemos que por detrás do dinheiro dos capitalistas está a política de opressão sobre o proletariado e demais oprimidos.

Lula é um vendido à burguesia

Esse título parece uma detratção do ex-operário metalúrgico, líder sindical e candidato da Frente Brasil Popular. Porém, é a mais pura verdade. Lula se vendeu às posições da burguesia contra os trabalhadores. A condenação que vem fazendo da greve dos petroleiros é a mais descarada defesa da exploração do trabalho e do governo neoliberal. Lula continua com sua campanha responsabilizando os petroleiros pela longa greve que desorganizou o abastecimento de gás e combustíveis. O mesmo tinha feito com a greve dos trabalhadores em educação, dizendo que quem perde é o aluno. Essa posição tem ganho força no interior da CUT e sindicatos. É preciso que denunciemos implacavelmente essa burocracia reacionária e corrompida.

Causa Operária e PSTU apoiaram Lula nas eleições

Essas correntes argumentaram há alguns meses atrás que votar em Lula era progressivo porque este era uma referência para o movimento operário e que se tratava de uma candidatura operária. Essa caracterização se mostrou completamente falsificada. Em plena campanha eleitoral, Lula negociou abertamente sua candidatura com representantes da alta burguesia e da oligarquia agrária, envolvendo inclusive representantes da UDR. Ao mesmo tempo, submeteu sua candidatura à benção do governo norte-americano, chegando a admitir a invasão militar do Haiti em nome do restabelecimento da democracia. Tudo isso foi às claras, como estava às claras a posição do caudilho de arrefecer o movimento grevista para não perder votos.

Nada disso mudou a opinião dos esquerdistas em relação ao seu apoio ao vendido. Agora, a atitude frente aos petroleiros vai mais fundo, ao se articular descaradamente a quebra do movimento e a se curvar diante da invasão militar das refinarias. O PSTU e Causa Operária devem uma explicação pública de seu apoio ao líder anti-operário. Provavelmente, não terão como fazê-lo, porque mancharam a bandeira do trotskismo, que formalmente ostentam.



Origem histórica do sindicato

Desde os primeiros momentos os sindicatos foram instrumentos do proletariado na luta de classes, organizações destinadas a resistir a pressão patronal ou melhor a arrancar-lhes concessões. De um modo geral, o sindicato surge como uma necessidade histórica do divórcio que se produziu entre o trabalho e a propriedade (monopólio) dos meios de produção, que caracterizou fundamentalmente o capitalismo.

O movimento sindical se torna incompreensível se não se leva em consideração que "o antagonismo de classes da sociedade capitalista "está em seu contraditório regime de produção ("Teoria Marxista do Valor", Dunker, Goldshmidt, Wittfegel). Engels escreveu em seu "Anti-Dühring": "Antes de reger a produção capitalista, na Idade Média, imperava em caráter geral a pequena produção, baseada na propriedade privada dos operários sobre seus meios de produção: no campo, a agricultura corria a cargo do pequeno camponês, livre ou pertencente a algum feudo; na cidade a indústria se desenvolvia por meio do trabalho manual dos artesãos. Os meios de trabalho - a terra, os apetrechos de trabalho, as ferramentas, suas oficinas - eram meios de trabalho individuais, destinados tão só ao uso individual, e, portanto, mesquinhos, pobres, limitados. Mas estes mesmos pertenciam, no geral, ao próprio produtor. O papel histórico do regime capitalista..., consistiu precisamente em concentrar e desenvolver os dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os na potente linha de produção dos tempos modernos. Mas a burguesia não podia converter aqueles mesquinhos meios de produção em poderosas forças produtivas, sem convertê-los por sua vez de meios individuais em meios sociais de produção, somente manejáveis por uma coletividade... Converter os meios de produção, se transformou a própria produção deixando de ser uma série de atos individuais para se converter em uma série de atos coletivos, e se transformaram os produtos de produtos individuais para produtos sociais"...

"Não obstante, estes meios de produção sociais e estes produtos coletivos foram considerados como eram antes: meios de produção e produtos individuais. E se até aqui o proprietário dos meios de produção se apropriara dos produtos porque eram geralmente produtos seus e a ajuda alheia era uma exceção, agora o proprietário dos meios de produção continuava apropriando o produto sem que este ainda fosse um produto próprio, e sim fruto exclusivo do trabalho alheio. Deste modo, os produtos, criados agora socialmente, passavam a ser propriedade não daqueles que haviam posto realmente em marcha os meios de produção e que eram os verdadeiros criadores dos produtos, e sim o capitalista. Os meios de produção, a produção convertidos em fatores essencialmente sociais, se vêem sujeitos a uma forma de apropriação que pressupõe a produção privada individual, quer dizer, aquela em que cada qual é dono de seu próprio produto ... É nesta contradição, que imprime o novo regime de produção seu caráter capitalista, encerrando já em germe todos os conflitos dos tempos

atuais ... Mas, assim como os meios de produção adotaram forma social ... Os meios de produção e os produtos do pequeno produtor individual foram se depreciando cada vez mais, até que a este pequeno produtor não lhe resta outro recurso que se colocar a ganhar uma jornada do capitalista. O trabalho assalariado, que antes era uma exceção e mera ajuda, se converteu em regra e forma fundamental da produção... Ficando perfeitamente traçada a divisão entre os meios de produção concentrados nas mãos dos capitalistas, de um lado, e do outro, os produtores que não possuíam nada além do que sua força de trabalho. A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antítese entre a burguesia e o proletariado."

Não se pode aplicar nos sindicatos as mesmas características diferenciais das associações, pois não são a agrupação de pequenos produtores individuais, e sim uma massa não proprietária (assalariados), que não tem nada mais para viver senão sua força de trabalho e que, para conseguir empregá-la está obrigado a vendê-la diariamente ao patrão, que monopoliza os meios de produção. A coalizão proletária nasceu obedecendo a necessidade de se criar em favor dos produtores melhores condições de venda da força de trabalho. A massa operária dispersa e muitas vezes dividida em grupos de ofício, não podia conseguir do capitalista poderoso um aumento salarial e melhores condições de trabalho. A liberdade do operário estabelecida pelas leis é na prática anulada pela desigualdade econômica, que obriga ao primeiro a vender sua força de trabalho nas condições impostas pelo patrão. A satisfação das necessidades mais elementares, tais como alimentação, vestimenta, moradia, obrigou os operários a unirem-se em organizações permanentes. Esquemáticamente pode se dizer que os sindicatos são produtos do sistema capitalista de salário, que representa os necessários meios de defesa se se tem em conta a debilidade econômica em que se encontra a classe despossuída. Sua função essencial consiste em superar esta debilidade substituindo a negociação individual pela negociação coletiva com o propósito de melhorar o preço da oferta da mão de obra e de uniformizar os salários de todo um ramo industrial.

(extraído do terceiro volume das Obras Completas de Guillermo Lora pags 221-224).



X Congresso da AFUSE – Um Passo Atrás na Organização da Categoria

Um Congresso sindical deve servir para impulsionar a organização dos trabalhadores e a luta. Mas não foi o

que ocorreu no X Congresso da Afuse (Sindicato dos Funcionários de Escola). Serviu apenas para a diretoria proporcionar um encontro de amigos. Eis porque as discussões foram cerceadas e diluídas. Esta dinâmica também aconteceu na plenária geral, onde a diretoria oportunisticamente incorporava todas as idéias para anular as divergências, procurando sempre fazer “uma plenária rápida”. Assim as teses apresentadas não pas-

sariam de formalidade.

A forma arrumada pela diretoria para ganhar a simpatia dos militantes foi a festiva, já que não se poderia ser a política. Procurou-se cativá-los através de festas, bate papos, cervejas etc.

A Corrente Proletária na Educação, procurou desde o início se contrapor a estas características burocráticas e festivas. Ao apresentar sua tese totalmente diferenciada e oposta à da diretoria, batalhou pelas bandeiras políticas contra o Plano FHC e a ofensiva do imperialismo. Nossas principais colocações se concentraram na campanha pela derrubada integral do Plano de Fome de FHC, da Reforma Constitucional, em defesa do salário mínimo do DIEESE, da unidade dos oprimidos, contra o governo, da democracia sindical, e pela construção da Frente Revolucionária

Antiimperialista.

Estas resoluções apontaram para um Congresso que não fosse corporativista, que buscasse organizar a luta contra os governos de Mario Covas e de FHC unificadamente.

Em detrimento disto, a diretoria conseguiu que a única “medida de luta” do Congresso fosse um abaixo-assinado para que o governo incorpore as gratificações, e de resto é aguardar as negociações da direção cutista.

O Congresso não cumpriu os objetivos de impulsionar nossa luta.

Porém, isso não evitará que novas lutas grevistas sejam retomadas, dada a situação de penúria dos trabalhadores e das conseqüências nefastas do Plano Real. Nossa tarefa é trabalhar pela organização do movimento e pela construção da Corrente Proletária na Educação.

Educação

Covas amplia o sucateamento das escolas públicas

Após seis meses de governo e a promessa demagógica de realizar a “revolução na produtividade dos recursos públicos” (melhoria na distribuição de verbas, qualidade de ensino, desburocratização dos órgãos educacionais e melhores salários), como apregoa nas “Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo, Covas contribuiu decididamente no profundo sucateamento da rede pública escolar.

As escolas estão cada vez mais abandonadas. As prometidas verbas são irrisórias, diante da situação calamitosa. A maioria das unidades escolares recebeu uma única parcela, correspondendo pouco mais de 50 centavos por aluno matriculado. Não há funcionários suficientes. Os seguranças escolares foram demitidos. O pessoal de apoio tem feito quase

todas as tarefas, da secretaria à cozinha. A merenda escolar se transformou em distribuição de bolacha ou ao mingau. Material de limpeza tem sido comprado com o parco recursos das APMs. Os reparos nos prédios não são feitos porque as peruas volantes foram desativadas. E, por fim, mantém os salários miseráveis dos trabalhadores em educação: menos de 2 salários mínimos para os funcionários e 200 reais de piso para os professores.

O material escolar, que deveria ter sido distribuído no início do ano letivo, continua nos armazéns. São mais de 2 mil toneladas de material estocados nos depósitos alugados pela Secretaria da Educação. O governo tem gastado 50 mil reais por mês de aluguel e os alunos continuam esperando os cadernos, lápis, borrachas etc. Esse volumoso estoque só veio a público devido às denúncias. Isso não é um fato novo, basta lembrar o episódio dos livros didáticos, que eram estocados e, depois, vendidos como papel velho. Com isso, ganha o governo, as empresas que alugam os depósitos, editoras e firmas que fabricam tais materiais.

Como se vê, entra governo e sai governo e a situação é cada vez pior. A falácia da “Revolução da produtividade dos recursos públicos” vem à tona com as denúncias de superfatu-

ramento das empresas que servem o estado, com os cortes de verbas às escolas e com a política de fome imposta pelo governo aos trabalhadores em educação. A defesa das escolas públicas é uma tarefa urgente, como parte do programa da revolução social no país. A burguesia e seus governos estão à serviço da implantação das medidas neoliberais, que se traduzem em sucateamento e em privatização. O que mostra que a classe a dominante se tornou incapaz de manter sequer as escolas gratuitas.

A incapacidade da burguesia em solucionar os graves problemas da educação impôs tal tarefa ao proletariado, como classe responsável pelas transformações radicais do regime capitalista de produção. A defesa do acesso a todos à educação, do fim da mercantilização do ensino e da escola pública, gratuita, laica e autônoma compõem o programa da revolução proletária no Brasil. É na luta contra a política neoliberal que amadureceremos as condições subjetivas para a revolução. Nesse sentido, a resistência à ofensiva privatista de Covas e outros governantes é fundamental para a compreensão da raiz dos verdadeiros problemas educacionais e, conseqüentemente, os métodos de luta para derrotá-la.



A Igreja e o Estado

A Igreja é uma expressão histórica da sociedade de classes e, portanto, criatura da classe opressora. Eis porque sempre teve, como instituição, força no poder do Estado. No início do capitalismo, serviu de base de sustentação da opressão dos colonizadores sobre os povos coloniais. A catequese dos jesuítas serviu para implantar a dominação dos exploradores. Antes disso, ajudava a nobreza explorar os servos camponeses, no regime feudal. Na época da independência formal dos países coloniais, como no Brasil, se fundiu ao Estado, passando a ser um dos seus poderes. Somente com a República, esta irá se separar formalmente. Não é preciso muita descrição sobre o papel opressor da Igreja. Ela nos serve apenas para compreender uma nova crise aberta entre a Igreja e o Estado, na atualidade.

Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, essa instituição se sente atingida por algumas medidas de contenção financeira, advinda da diretriz neoliberal. A última assem-

bléia da CNBB, realizada recentemente, abriu um movimento de pressão para recuperar as vantagens obtidas dos governos anteriores.

Um dos maiores questionamentos dos bispos é em relação ao corte das verbas filantrópicas. Um dos pilares do poder da Igreja sobre os oprimidos é a filantropia, uma forma eficaz de controle das massas miseráveis e de manutenção do capitalismo, fonte de toda miséria. Somente para o projeto filantrópico relacionado à mortalidade infantil, uma das chagas que mais denuncia a falência do capitalismo, a Igreja católica recebeu 5 milhões de reais, como noticiou a imprensa burguesa.

Um outro aspecto se relaciona à crise das universidades católicas, profundamente endividadas, embora esfolem os alunos e explorem os professores e funcionários. Os bispos querem que o governo volte a subsidiá-las.

Finalmente, também um foco de crise se abriu em torno do restabelecimento do ensino religioso nas escolas estaduais de São Paulo. O

governo Covas, pressionado pelos protestantes, resiste em concretizar o acordo feito entre a CNBB e o assassino do Carandirú, Fleury.

O fato é que a Igreja está com o governo quanto à essência do plano neoliberal. Apenas não concorda naquilo que toca seu próprio poder. Defendemos claramente nenhum subsídio do Estado a qualquer Igreja. E contra qualquer forma direta ou indireta de influência obscurantista da religião sobre o ensino. Denunciamos a filantropia como uma atividade reacionária destinada a amortecer a consciência revolucionária dos explorados, a evitar que lutem com suas próprias forças contra a fome e a miséria e que caminhem a sepultar o capitalismo através da revolução.

Operários
Educação

Enquanto os operários passam dificuldades, a Vicunha cresce

A Vicunha é considerada o maior grupo têxtil do Brasil, com faturamento em torno de US\$ 1,6 bilhão.

Nos últimos anos diversificou suas atividades, comprando da ICI Brasil (de capital inglês) a unidade produtora de polímeros de poliéster e a de polímeros para garrafas plásticas; adquiriu 9,13% do controle acionário da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). No ano passado se associou à Hering Nordeste e a Du Pont América do Sul.

Os capitalistas procuram se proteger do controle imperialista, que lhes impõe limites de desenvolvimento e se monopolizam na guerra comercial intercapitalista. Promovem quebras de

pequenas empresas e demissões em massa.

A Vicunha, para conseguir manter seu crescente capital, reduziu 20% de seus operários. Os salários são os mais baixos dentro da categoria e as condições de trabalho insalubres.

Os operários aguardam resposta há um mês da pauta de reivindicações enviada pelo sindicato dos têxteis de São Paulo, que nenhuma solução propõe, nem para aliviar a pobreza e a exploração de trabalho implantado pelo grupo Vicunha. Vemos que não se trata de esperar que os pelegos se mexam. É preciso organizar a greve na fábrica, para arrancar a pauta de reivindicações.

Imprensa Operária

Saiu o boletim, de junho, Imprensa Operária. Este se destina especialmente às fábricas. A matéria de frente chama os operários a desenvolverem uma campanha de luta contra as novas medidas de arrocho salarial, previstas para julho. Diz assim: "Novas medidas contra os assalariados estão previstas nessa etapa do Plano Real: a chamada desindexação da economia. Significa que o governo não irá repassar a inflação anual para os salários. Isso quando a inflação anual é de 32,88% (hoje já atinge 35%). O boletim defende contra a farsa da livre negociação, a reposição de todas as perdas, escala móvel de reajuste imediato da inflação e salário mínimo real de 900 reais.

No mesmo boletim, se denuncia a perseguição do governo aos sindicatos dos petroleiros e aos próprios operários. Diz que é necessário que todos os explorados apoiem a greve de qualquer categoria e levantem a bandeira do direito irrestrito à greve.

O editorial explica que "o Imprensa Operária se propõe sempre levar a luta junto aos trabalhadores, divulgando as greves, a história do movimento operário, enfim, tudo que seja importante para os companheiros das fábricas saberem a respeito da exploração do trabalho".



Os Primeiros Trotskistas do Brasil

Damos início nesta edição à tentativa de esboçar os primeiros passos do desenvolvimento do trotskismo no Brasil. Saber os acertos e os erros destes grupos é o início para desenvolver o Partido Operário Revolucionário no Brasil.



O Grupo Comunista Lênin

O primeiro grupo trotskista do Brasil foi o Grupo Comunista Lênin, formado em 1930. Ele foi fruto da aglutinação de militantes que pouco a pouco foram rompendo com a política da etapa democrática burguesa da revolução, que teve como base original o texto de Otávio Brandão "Agrarismo e Industrialismo", de 1924. Esse texto apontava a possibilidade de um terceiro levante após o de 1922 e 1924 pelos 'tenentes' (movimento da oficialidade pequeno-burguesa radical que se colocava contra os governos da República Velha calcados na burguesia latifundiária), e que, diferentemente dos anteriores, deveria ser encarnado pelo proletariado e pela pequena burguesia industrial. Explica que o domínio econômico social e político estava nas mãos do 'agrarismo feudalístico', apoiado nas grandes propriedades produtoras de café e sustentadas pelo imperialismo inglês. Que existia uma oposição desorganizada e caótica, mas crescente, da burguesia industrial e comercial, que impulsionara os levantes de 1922/24 e que era apoiada pelo imperialismo americano. Que o proletariado deveria fazer uma frente única com a burguesia industrial na luta contra a oligarquia e seus aliados. Posteriormente, a experiência

eleitoreira do Bloco Operário e Camponês (BOC, 1927) resultará da aplicação desta linha.

O Início da Oposição de Esquerda no Brasil

O primeiro contato entre um militante brasileiro com Trotsky se deu quando Rodolfo Coutinho (fundador do PCB em Pernambuco, eleito suplente da direção) foi escolhido delegado para o V Congresso da Internacional Comunista. Ocasão que aproveitou para discutir com Trotsky sobre a questão agrária no país. Após o Congresso permaneceu um bom tempo na Europa, onde acabou observando o processo de estalinização nos partidos comunistas. Ao regressar ao Brasil, travou uma luta contra a direção do PCB, quando esta busca uma aliança com Prestes (principal liderança tenentista de posições nacionalistas pequeno-burguesas que havia se auto-exilado na Bolívia), levantando as críticas com base nas discussões travadas na Europa e da crítica dos trotskistas sobre o submetimento do PC Chinês ao Kuo Min Tang. De fato, sob a influência de Stalin, a direção do PCB chegou a exortar e abrir discussões internas sobre as maravilhas da experiência chinesa com o Kuo Min Tang, adaptando-se ao policlassismo, e a publicar matérias sobre o partido policlassista em seu jornal legal "A Nação".

O outro pólo de aglutinação foi em torno de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. São iniciados no marxismo por Edgardo de Castro Rabelo, que pertencia aos quadros do antigo PSB (outro de seus discípulos foi Rodolfo Coutinho). Nesta época, iniciaram contato com vários jornais socialistas da Europa entre eles "Clarité" e "La Humanité". Pedrosa ingressa no PCB no final de 1925 e influencia a entrada de Lívio, que juntamente estruturam a Oposição de Esquerda no Brasil.

Pedrosa é enviado à escola Leninista de Moscou, no segundo semestre de 1927, mas adoece na Alemanha. Durante este período fica sabendo da expulsão de Trotsky e da Oposição de esquerda do PCR, através da leitura de "La Humanité", o que o desmotiva a seguir viagem. Neste momento, apesar de afirmar o acerto das posições de Trotsky, Pedrosa não tinha certeza dos caminhos a serem trilhados dali para frente, apoiando com reservas as ponderações de Zinoviev, que afirmava ser impossível seguir a causa fora do Partido e que por

isto deveria se subordinar a este. Em janeiro de 1928, entra em contato com Pierre Naville, destacado militante da Oposição de Esquerda Internacional (OEI), editor de "La Verité" (sucessora de "La Humanité"). A partir deste contato compreende a capitulação de Zinoviev e o acerto das posições de Trotsky. Esta reunião deu-lhe novos ânimos para que, ao regressar ao Brasil, organiza-se a Oposição de Esquerda.

Aristides Lobo é outro membro deste grupo, professor e jornalista ingressa no PCB em 1923. Após o II Congresso é enviado a São Paulo para atuar no Comitê regional. Em 1928, é candidato do BOC (frente eleitoral destinada a agrupar o 'Tenentismo' sob a hegemonia do PCB, mas que acabará se tornando o contrário, sendo o Comintern obrigado a intervir mais tarde para dissolvê-lo), iniciando a partir daí seu processo de ruptura, que se agravará após seu exílio, onde entra em contato com Prestes na Argentina e funda a LAR (Liga de Ação Revolucionária, criada com o objetivo de ser o "órgão técnico de preparação para o desencadeamento da Revolução Agrária e Antiimperialista", dissolvida logo após a vitória do movimento de outubro de 1930, em que uma parcela desta se integra ao governo da Aliança Liberal). Retornando ao Brasil em fins de 1930, é expulso do PCB.

Novo Impulso na Oposição de Esquerda no Brasil

Quando Pedrosa volta da Europa, em agosto de 1929, encontra os remanescentes de Oposição ao PCB totalmente dispersos. A correspondência com Lívio, os documentos que mandara da França e Alemanha e os laços estabelecidos com os opositoristas de esquerda europeus não conseguiram criar uma organização que potencializasse os dissidentes. A experiência adquirida por Pedrosa na Europa, nos primeiros anos da ruptura de Trotsky com Stalin, foi fundamental para os primeiros passos da construção do grupo. Contou para isto com o apoio de seu antigo grupo de discussões, originários dos círculos em torno de Rabelo e de alguns militantes cooptados durante sua curta militância no PCB.

Posteriormente, fundiu-se ao grupo outro pólo que se aglutinou em torno de João da Costa Pimenta (gráfico fluminense, fundador do PCB) e de Joaquim Barbosa (fundador do PCB, suplente de sua direção, encar-

regado da Secretaria de Política Sindical do Partido). Estes iniciam suas divergências com a direção pela forma com que esta procura aparelhar o movimento sindical. A divergência se concretiza na Conferência de Organização do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1928. Nesta a direção propõe a formação de núcleos subordinados à política partidária dentro da Federação Sindical Regional do Rio (FSRR), que teriam a tarefa de impor as diretrizes partidárias ao conjunto dos sindicatos da federação. Com o resultado da Conferência, Pimenta demite-se da FSRR. Barbosa afasta-se do Comitê Central e da Secretaria de Política Sindical, denunciando a direção por esta se negar a fazer um trabalho na base sindical e somente se preocuparem com reuniões de cúpula para a formação da CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Barbosa é expulso em 6 de abril. A repercussão deste fato se desenvolve até que, em 2 de março, é enviada uma carta com mais de 50 assinaturas exigindo uma Conferência Nacional Extraordinária, dando prazo até o dia 5 de maio para a direção encaminhar a convocação. Como isto não aconteceu, a 8 de maio, 46 militantes

saem do Partido. O PCB tenta vincular indevidamente à formação da oposição de esquerda com o cisão de 1928, acusando a oposição falta de princípios partidários e de anarquismo, mas o GCL critica duramente esta posição mostrando o erro deste grupo de ter abandonado o Partido e não ter travado uma luta programática interna.

O fato é que, mais tarde, outra célula do Rio, a 4R (formada por aproximadamente 40 militantes, na sua maioria gráficos do jornal "O País", da qual participavam Pimenta e Barbosa), enviam ao CC ata de sua reunião onde tecem as mesmas críticas de Barbosa comprovadas na prática pela greve dos gráficos de março de 1929 (greve que dura 72 dias envolvendo 7 mil operários, que pela linha de atuação do partido acaba sendo derrotada), formando em seguida a "Oposição Sindical". Esta célula é expulsa pelo III Pleno em outubro, que caracterizou a célula como tendo desvios de direita e como desconhecendo a situação objetivamente revolucionária do país e das forças do Partido. Dos componentes desta célula, vários camaradas figurarão nos quadros da LCI entre os quais João Dalla Dea, Manoel Medeiros e Mario

Du Pont. Esta sim, deste o seu início, ligada à Oposição, e sabendo travar a luta no interior do Partido, através da "Oposição Sindical"

A formação do Grupo Comunista Lênin (GCL) foi precedida de uma série de debates informais entre as pessoas mais identificadas com a crítica à linha política desenvolvida pelo PCB -Lívio, Coutinho, Dalla Dea, Wenceslau Escobar Azambuja- além de Lobo, Plínio Gomes de Melo, Sávio Antunes e Hilcar Leite. O GCL se constituiu procurando debater a atuação sectária e oportunista no plano político-sindical do PCB, ao mesmo tempo em que fazia um esforço para compreender a realidade nacional e internacional. No próximo número continuaremos com o aparecimento do Jornal "A Luta de Classe" e do papel desenhado pelos trotskistas de 30.

Internacional



Encontro do G-7 preocupado com crise do neoliberalismo

O encontro dos países mais desenvolvidos do planeta expôs a crise das respostas imperialista para a crise capitalista de superprodução. A crise comercial entre Japão e Estados Unidos prossegue. O governo Clinton ameaça com a guerra comercial total. Já elevou as taxas sobre os automóveis de luxo japoneses. A Inglaterra acompanha a pior crise do partido conservador, que se bate para evitar a convocação de eleições, que certamente levariam o partido de John Major à derrota total. A Alemanha sofre com a crise social e a ação cada vez maior dos bandos fascistas. A França elegeu o desemprego crônico e crescente seu maior problema.

Em meio à crise nos países imperialistas, abre-se a discussão sobre a criação de um fundo extra para o FMI e o Banco Mundial agirem em situações de crise como a do México, Argentina etc. Mas as dificuldades econômicas

para conter um volume de trilhões de dólares aplicados no mercado financeiro internacional levaram os 7 grandes à proposta anã de 58 bilhões de dólares de fundo de reserva do FMI para esse fim.

O capital financeiro internacional tem retirado, em muito pouco tempo, fábulas em juros e dividendos dos países semicolônias, em especial dos latinoamericanos. Os mecanismos de transferência de capital são muito dinâmicos, e acabam se esgotando rapidamente. Com a estagnação ou até redução da capacidade produtiva desses países, que aumentaram muito as suas importações, não é possível criar condições para manter o fluxo de dinheiro por muito tempo. Assim, esgotam-se prematuramente as políticas e os planos neoliberais baseados no câmbio e na presença de dólares especulativos. Com a insolvência dos países semicolônias, as que-

bras se multiplicam, e os prejuízos acabam atingindo a produção e o capital especulativo dos países imperialistas. O capital especulativo acaba ficando com dezenas de bilhões de dólares em papéis que nada valem em suas mãos. E as empresas reduzem as suas exportações, porque não há mais a quem vender nas semicolônias.

A falência das políticas imperialistas e a incapacidade das reuniões de cúpula em resolver os problemas mais elementares da crise capitalista atestam o apodrecimento do capitalismo, e a necessidade de construção do partido mundial da revolução socialista, que crie as condições para a real superação do capitalismo pelo socialismo, que abrirá caminho para o pleno desenvolvimento e aplicação de todo o potencial produtivo desenvolvido, até agora estrangulado pelo imperialismo decadente.

Crise no Mercosul

O governo limitou a importação de veículos a 100 mil unidades em 1995. Foi uma resposta à crise da balança comercial, na qual os automóveis representam 30% do total, e às pressões das montadoras americanas e alemã,

que reivindicavam privilégio em relação às montadoras asiáticas, italianas e francesas, por possuírem fábricas no país. A crise está inserida num quadro de impasse internacional de comércio entre Estados Unidos e Japão, justamente ao redor de comércio de veículos e autopeças. O governo brasileiro, submisso ao capital imperialista americano, coloca-se em defesa das montadoras GM, Ford, Volks, contra as asiáticas.

O governo argentino reagiu ameaçando não participar da reunião do Mercosul em São Paulo. Abriu uma fenda no Mercosul, que também afeta os interesses do imperialismo. A Argentina desmontou sua indústria nacional. Sua participação no Mercosul interessa ao imperialismo, assim como a do Uruguai, no sentido de utilizá-los como canal de entrada de produtos principalmente no mercado brasileiro, com 15 milhões de consumidores em nível de capacidade européia, e ainda o mais protegido da América Latina. As montadoras Peugeot e Renault montam seus veículos na Argentina e os enviam ao Brasil. A limitação de importações decretada pelo governo FHC prejudica os interesses franceses. Mas o boicote argentino poderia prejudicar interesses de outros setores do imperialismo em diferentes ramos da economia.

O governo brasileiro cedeu às pressões argentinas, e manifestou

que cumpriria os acordos firmados. Já que a fatia dos automóveis franceses no mercado brasileiro é pequena, a concessão não afetaria a política geral de limitação de importações.

Mas, logo após o encontro do Mercosul, o Brasil decretou a mudança da banda cambial e desvalorizou o real. A Argentina acabou sofrendo com a mudança, que praticamente anulou o benefício concedido um dia antes pelo Brasil.

A crise do Mercosul mostra que a disputa comercial entre as potências agrava a dificuldade de aplicação dos planos neoliberais que levam à recolonização dos países atrasados. A luta antiimperialista se confrontará com os acordos do Mercosul. A capacidade dos oprimidos de se unificarem dirá se o imperialismo terá ou não êxito na manobra que leva ao aumento da opressão nacional, embutida no Mercosul.

Aprofunda-se a crise na América Latina

Acontecimentos como a reação de Pinochet, no Chile, contra a prisão dos generais Manuel Contreras e Pedro Espinoza, responsáveis por vários assassinatos políticos; o desfile de tanques nas ruas de Lima (Peru), para defender a impunidade de militares assassinos; o Estado de Sítio na Bolívia contra o levante popular; o retorno das ameaças de golpe na Venezuela; a falência da Colômbia; a intervenção no sistema bancário do Paraguai, motivada pela tremenda fraude; a dificuldade do governo mexicano de estabilizar a crise econômica e política; as revoltas nas províncias argentinas, começando por Córdoba; as tendências de radicalização da luta proletária no Brasil; todos esses acontecimentos refletem a crise generalizada do capitalismo semicolonial latino-americano.

A confluência de todos esses fatos tem obrigado os porta-vozes da burguesia a reconhecerem o acelerado esgotamento denominado "ciclo democrático", que sucedeu o ciclo das

ditaduras militares das décadas de 60-70. O golpe de Fujimori, no Peru, inaugurou recentemente essa perspectiva sombria. Em todos os casos, a crise econômica e social é a mola propulsora. Não há um só país latino-americano que combine estabilidade econômica com estabilidade política.

O ciclo de "democratização" foi apresentado pela burguesia imperialista e seus capachos, a burguesia semicolonial, como sendo a condição para impulsionar a economia latino-americana, golpeada pela recessão mundial dos inícios de 80. Sob a bandeira demagógica dos "direitos humanos", desfraudada desde os Estados Unidos, se realizou um ampla operação de substituição controlada das sanguinárias ditaduras militares por governos civis com fachada democrática. A última e mais complicada transição foi justamente a do Chile, em que se expressou com total clareza a continuidade da tutela militar.

A "democratização" dos regimes políticos na América La-

tina coincidiu, não por acaso, com a aplicação generalizada da estratégia neoliberal, ditada igualmente pelas potências internacionais. As ditaduras militares se esgotaram justamente porque o capitalismo entrou numa etapa de aguda desintegração mundial. Pela mesma razão, prematuramente se esgotam as débeis democracias e despontam novamente a solução golpista. A "democracia", ou seja, o funcionamento parlamentar da política burguesa, se torna cada vez mais ineficiente para administrar a divisão no interior da própria classe dominante e, fundamentalmente, para controlar a luta das massas oprimidas.

As "reformas neoliberais" aplicadas globalmente na América Latina não têm feito senão acelerar as contradições do sistema econômico capitalista, marcado por suas particularidades semicoloniais no continente. A essência dos planos se resume na proteção do grande capital parasitário, que como tal recrudescer a opressão





nacional e a opressão social. Eles refletem a ofensiva do imperialismo sobre as semicolônias. Dizemos ofensiva porque se trata da intensificação da exploração mundial imperialista e concretização de medidas reacionárias de destruição de parte das forças produtivas.

O continente, marcado historicamente pelo atraso econômico e pela miséria das massas, é submetido a um tratamento de choque que impõe sacrifícios cada vez maiores aos explorados. A redução salarial, a escalada do desemprego, a destruição da educação, da saúde e outros serviços sociais públicos estão na base das diretrizes totalitariamente desenvolvidas pelos tais governos democráticos. Combina-se a isso a brutal opressão latifundiária e governamental sobre os camponeses. O mesmo se passando com as nacionalidades índias, que marcam a fogo o capitalismo semicolonial da América Latina. Como não poderia deixar de ser, mesmo a pequena burguesia urbana acomodada no ciclo militar dos anos 70 é golpeada, à exceção de uma pequena camada superior.

A propaganda pró-imperialista de que o mal dos países latino-americanos está no velho nacionalismo e no atraso de sua inserção na fase de "globalização" tecnológica-mercantil do capitalismo não tem resistido à menor prova dos fatos. Esta se mostra uma máscara ideológica dos interesses do capital financeiro internacional. Procura acobertar que o esgotamento do mercado

mundial e a expansão da guerra comercial entre as potências, impulsionadas por uma instabilidade geral do sistema econômico monopolista, obrigam os imperialistas a imporem maior controle das forças produtivas e das riquezas. As privatizações desnacionalizadoras são uma das faces desse fenômeno.

Não há estabilidade política que se sustente sobre a base da desintegração contínua da economia, do saque redobrado e do gigantesco sacrifício das massas. Está aí porque os governos ditos democráticos dão lugar às ameaças golpistas e via de regra se comportam como ditaduras civis. A alternância de métodos de conciliação de classe (democracia burguesa) e de repressão sanguinária (ditadura militar ou civil) são os dois lados da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida, submetida à desintegração da base econômica e da revolta dos oprimidos.

Ao mesmo tempo que isso explica as tendências bárbaras e contrarrevolucionárias da burguesia, como forma predominante de manutenção do sistema de exploração do trabalho, fundamenta também a marcha da revolução proletária. A América Latina vem sendo palco de levantes contínuos de camponeses, operários e pequena burguesia arruinada. A greve geral na Bolívia e bloqueios camponeses; a guerrilha de Chiapas, no México; a manifestação em Santiago del Estero e em Córdoba, Argentina; a greve dos petroleiros, no Brasil etc indicam as

tendências mais profundas da revolução proletária.

Sem dúvida, o ritmo da revolução na Bolívia é o mais avançado devido à presença do Partido Operário Revolucionário no seio das massas. A profunda e generalizada crise tende a se ampliar e a obrigar a vanguarda a amadurecer politicamente. Trata-se de se apoiar no genuíno internacionalismo proletário, que na atualidade se condensa no Programa de Transição da IV Internacional, para se construir o Partido Mundial da revolução socialista em todas as latitudes. A estratégia internacionalista é a da revolução proletária mundial, como parte dela se coloca a defesa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina em contraposição ao domínio imperialista. A base do programa internacionalista é o da expropriação da propriedade privada dos meios de produção, sua transformação em propriedade coletiva e extinção de toda forma de opressão nacional e social.

As fórmulas do Banco Mundial para a América Latina

Sabemos que o Banco Mundial (BIRD) é uma agência do capital financeiro internacional e dos governos imperialistas, para dominar o mundo. Por isso, não é novidade que as fórmulas apresentadas vêm em função dos interesses dos opressores externos aos países semicoloniais.

Segundo o próprio BIRD, a pobreza na América Latina crescerá assustadoramente no próximo período. Estima-se 1 milhão de pessoas por ano que ingressarão no exército de miseráveis. Ainda que a economia cresça, os miseráveis chegarão a 176 milhões no ano de 2005. Repetimos: trata-se de uma projeção do próprio BIRD.

Atualmente, 35,1% da população

latinoamericana e Caribe vivem abaixo do nível de pobreza e 18,8% abaixo do nível de miséria. É a verdadeira barbárie capitalista.

Esses números estarrecedores são apresentados para que o BIRD fundamente seu receituário aos governos capachos do imperialismo. Eis alguns pontos: 1) O déficit entre exportação e importação e saída de dinheiro para pagar os juros da dívida externa não pode ser superior a 3% do produto interno bruto PIB. Isso para que o país não se quebre como se quebrou o México; 2) Deve ser estimulado investimento do capital estrangeiro na produção e limitado o capital especulativo; 3) Aumentar os ganhos de produtividade; 4) Permitir que o câmbio

desvalorize a moeda local; 5) Ter políticas para amenizar a pobreza, que ameaça a estabilidade do capitalismo.

Como vemos, essas fórmulas têm por objetivo implantar o plano neoliberal para se criar recursos necessários ao pagamento da dívida externa e favorecimento da penetração do capital estrangeiro. A estabilidade apregoada pelo BIRD é impossível, porque se baseia na sangria das riquezas das semicolônias.

PSTU: Um perigoso passo frente à guerra de nacionalidades na ex-Iugoslávia

A ex-Convergência Socialista, agora dissolvida no PSTU, desenvolveu em relação ao processo de restauração capitalista na ex-União Soviética e Leste Europeu a caracterização reacionária da existência de uma revolução democrática. Por essa razão, se afastou da defesa dos princípios da revolução política, consubstanciados no Programa de Transição da IV Internacional. A consequência disso foi a de ser incapaz de combater as distintas frações da burocracia estalinista.

Mais recentemente, o PSTU-Convergência Socialista comete um grave erro ao defender o armamento dos bósnios contra os sérvios, sem se distinguir da intervenção imperialista, que manobra em ambos os lados. O artigo "Bósnios reagem e contra-atacam", do Jornal PSTU nº55, reflete um perigoso passo para posições pró-imperialistas ao não levantar a bandeira de expulsão da ONU e de todas as organizações imperialistas metidas no conflito. Neste, se explica que o governo bósnio, ao iniciar uma ofensiva com 30 mil homens contra os sérvios, se aproveita "da disposição dos países europeus de impedir que a guerra se alastrasse para tomar a

iniciativa militar, romper o cerco, ameaçar a cidade de Pale e assim propor aos sérvios que estes aceitassem o acordo proposto pela ONU no início do ano de dividir o país em dois, coisa que os sérvios não aceitam". Em seguida, afirma-se que "se os cálculos políticos e militares do governo bósnio tinham a sua lógica, estes "esqueceram" o papel que a ONU cumpre em seu país: impedir que haja uma mudança na situação". Conclui a explicação dizendo que a ONU não quer que os bósnios reconquistem o que perderam, porque significaria a continuidade da guerra e que o papel da ONU é o de impedir que os sérvios avancem e que os bósnios reajam. Desta forma, a ONU "não dá nenhum apoio aos bósnios e até tentam impedir o seu avanço".

É evidente o esquematismo desse raciocínio, para dar a idéia apenas que o imperialismo está numa posição mediadora entre as partes. Deliberadamente, o artigo omite uma análise dos bombardeios das forças imperialistas contra posições sérvias e o choque aberto com a prisão de soldados da ONU feitos reféns pelos sérvios. Neste caso, os sérvios estão ou não em combate contra a intervenção imperialista na guerra? É preciso responder com clareza a essa pergunta. Nós dizemos que sim.

No mesmo artigo, com o título "G-7 cria Força de Reação Rápida", se relata a criação de tal força para reagir contra os ataques aos capacetes azuis, como "o realizado pelos sérvios". A conclusão disso é que o objetivo do G-7 é evitar que a guerra se alastre e pressionar sérvios e bósnios para o acordo de divisão territorial da Bósnia-Herzegovina. Verificamos que novamente a simplificação do problema serve para acobertar posições capituladoras frente ao imperialismo. O artigo não levanta a bandeira de expulsão da "Força de Reação Rápida" e de defesa das posições sérvias quanto a se proteger com os reféns.

O princípio marxista é este:

diante de qualquer conflito das forças de um país oprimido com o imperialismo o proletariado deve se colocar contra o imperialismo. Não se pode, em nome da defesa da auto-determinação dos bósnios, omitir-se de uma clara posição de rechaço à agressão imperialista aos sérvios. É falsa a posição, direta ou indiretamente formulada, de que os bósnios possam conquistar sua auto-determinação com o auxílio do imperialismo. A opressão sérvia sobre os bósnios, que o próprio PSTU denuncia como sendo obra da burocracia estalinista desagregada, não pode ser motivo para vacilações ou omissões quanto à bandeira de fora o imperialismo da ex-Iugoslávia.

O princípio da auto-determinação começa pelo rechaço à interferência das potências opressoras, em quaisquer circunstâncias. Os trotskystas, que se baseiam genuinamente na doutrina marxista-leninista, compreendem que a guerra de nacionalidades explodiu em função do fracasso da concepção do socialismo em um só país, levada a cabo pela burocracia estalinista. A opressão nacional no interior das fronteiras da ex-Iugoslávia (assim como na ex-URSS) foi abafada até o momento em que a desintegração econômica não atingiu o regime burocrático-totalitário estalinista.

A luta das nacionalidades vem à tona, entretanto, no quadro da restauração capitalista. O imperialismo intervém nesse processo justamente para avançar a destruição das conquistas revolucionárias do proletariado, ora apoiando uma fração restauracionista ora outra. Não se pode oscilar diante das manobras das potências. E não confundir em nenhum momento a defesa da auto-determinação com posições pró-imperialistas. Perguntamos se o comboio, integrado pelo PSTU, de apoio à Bósnia levantou a bandeira de fim dos bombardeios da OTAN sobre os sérvios e se defendeu as posições sérvias no caso dos reféns. Acreditamos que não.

